



Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Assistência Social

CONVOCAÇÃO 56ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO FONACEAS

Às(aos) Prezadas(os) Presidentes, Vice-Presidentes, Conselheiras(os) e Secretárias(os) Executivos dos CEAS e CAS/DF

Convocamos Vossas Senhorias para participarem da 55ª Reunião Ordinária do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Assistência Social – FONACEAS, nos dias **23, 24 e 25 de Agosto de 2022, na cidade de Vitória/ES**, a ser realizado na Escola de Serviço Público do Espírito Santo – ESESP, situada na Rua Francisco Fundão, 155 - Morada de Camburi - CEP: 29.062-545.

Reforçamos ainda a indispensável presença dos membros natos do Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Assistência Social sendo: Presidentes, Vice-Presidentes e Secretários(as)-Executivos(as).

Certos de vossa presença, agradecemos e solicitamos confirmação da presença através do link: <https://forms.gle/hVwKtyUXtdLRtnga8> até o dia 08/08/2022.

Atenciosamente,

Renata Mareziuzek dos Santos

**Renata Mareziuzek dos Santos
Presidente do FONACEAS**

1
2



1 **FÓRUM NACIONAL DE CONSELHOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CONSELHO**
2 **DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL | FONACEAS**
3 **56ª Reunião Ordinária – 23 a 25 de Agosto de 2022**
4

5 Aos 23 dias de agosto de 2022 deu-se início à quinquagésima sexta reunião ordinária do Fórum
6 Nacional de Conselhos Estaduais de Assistência Social e Conselho de Assistência Social do
7 Distrito Federal – FONACEAS, às 09 horas. Registrou-se e fez-se menção ao Projeto de Pintura
8 em Telas “Mãos que Falam”, desenvolvido pela PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE VILA VELHA V
9 – PEVV, que ficou exposta durante os três dias do evento, no hall de entrada para o auditório
10 Augusto Ruschi. Destacou-se também a exposição de artesanato gentilmente elaborada pela
11 PENITENCIÁRIA DE SEGURANÇA MÁXIMA I - PSMA I, todos os itens foram criados durante o
12 desenvolvimento do projeto artístico. Agradeceu-se também à Banda Tocando em Frente, que
13 realizou a recepção dos membros apresentando lindas músicas populares, a Banda Tocando em
14 Frente é fruto de um Projeto desenvolvido pela PENITENCIÁRIA SEMIABERTA DE VILA VELHA
15 – PSVV. Após o agradecimento convidou-se, por meio da Associação das Bandas de Congo da
16 Serra, a Banda de Congo de Manguinhos que abrilhantou o momento com uma linda
17 apresentação de Congo Capixaba que é um ritmo musical, herança cultural dos negros que foi
18 desenvolvido enquanto estes viviam longe de seu país natal, mantendo sua cultura viva através
19 das tradições que aqui cultivavam, e estas ganharam influências de outros povos que viviam no
20 local, tornando o congo um gênero musical único, e patrimônio cultural do Espírito Santo. Após
21 deu-se início à formação da mesa de abertura, convidando: a Secretária do Trabalho, Assistência
22 e Desenvolvimento Social do Espírito Santo - SETADES e Presidente do FONSEAS, senhora
23 Cyntia Grillo; o Assessor Especial da Subsecretaria de Gestão de Programas e Projetos –
24 SUGEPP, senhor Thauan Pastrello; o Vice-presidente do CEAS/Espírito Santo, senhor Bruno
25 Donato dos Santos; a Presidente CEAS/Espírito Santo, Vice-presidente do FONASEAS e
26 Coordenadora região Sudeste, senhora Sandra Shirley de Almeida; a Presidente do
27 CEAS/Maranhão, Vice-presidente do FONASEAS e Coordenadora região Nordeste, senhora
28 Maria José Nazareno; a Vice-Presidente do CEAS/Mato Grosso do Sul, Vice-presidente do
29 FONASEAS e Coordenadora região Centro Oeste, senhora Maria Auxiliadora Leal Capillé; a Vice-
30 Presidente do CEAS/Amazonas, Vice-presidente do FONASEAS e Coordenadora região Norte,
31 Mara Talita Pereira de Sousa; a Vice-Presidente do CEAS/Paraná, Presidente do FONASEAS e
32 Coordenadora da região Sul, senhora Renata Mareziuzek dos Santos. O Hino Nacional foi
33 entoado e após registrou-se a presença das autoridades Sra. Geovana Marinot, Conselheira
34 Nacional do CNAS, Sra. Marley Vieira Fernandes, Subsecretária de Estado de Articulação de

3



35 Políticas Intersetoriais, Sra. Maraney Lopes, Subsecretária de Estado Trabalho, Emprego e
36 Geração de Renda, Dr. Severino Alves, Subsecretário para Assuntos Administrativos, Sr. Victor
37 Otoni, Subsecretário de Estado de Gestão de Programas e Projetos e Sra. Quelen Coden,
38 Diretora de Desenvolvimento Social da Secretaria de Justiça, Família e Trabalho do Paraná.
39 Dando continuidade a senhora Cynthia Grillo fez o uso da palavra para iniciar os trabalhos da
40 primeira mesa temática: Vitórias do SUAS e do Controle Social no Espírito Santo. Cynthia
41 descreveu os principais programas, projetos e benefícios desenvolvidos à nível estadual,
42 salientando dentre outros, o cofinanciamento de 82 equipes municipais da rede socioassistencial
43 em 38 municípios capixabas; a construção, reforma e ampliação dos CRAS e CREAS em 49
44 municípios que serão contemplados com construção, ampliação ou reforma de 65 equipamentos,
45 com um investimento total de R\$ 44.000.000,00. Também falou sobre o Cartão ES Solidário com
46 87.618 beneficiários, com aporte financeiro de R\$ 200,00, com investimento de R\$
47 105.733.260,36. Também salientou acerca do investimento de R\$ 1.500.00,00 destinado à
48 ampliação e oferta de serviços à população em situação de rua. Programa Bolsa Capixaba, com
49 uma média de 15 mil benefícios por mês, em 2021, com um investimento total de R\$
50 27.453.839,32, dentre outros programas e projetos, com estaque especial para a ampliação dos
51 benefícios eventuais, atingindo o valor total de R\$6.200.00,00 em 2022. Após finalizar sua
52 exposição, passou a palavra para o senhor Thauan Pastrello, que abordou aspectos da conjuntura
53 e Assistência Social, tais como a concentração de renda e a alta disseminação de pobreza coloca
54 o Brasil em segundo lugar no ranking mundial de países em alta concentração de renda e,
55 contraditoriamente, em sétimo lugar em maior desigualdade social, destacando que nesta
56 conjuntura econômica afetada pela pandemia da Covid-19, os índices de desemprego podem
57 alcançar um aumento de 11,5 milhões de pessoas, causando um acréscimo de pelo menos 28
58 milhões de pessoas na pobreza e 15 milhões na pobreza extrema em todo continente. Também
59 trouxe uma análise concreta sobre a situação do Controle Social, explicando que a Assistência
60 Social NÃO PODE SE LIMITAR à atenção aos “incapacitados” para o trabalho, que, por
61 “deficiências individuais”, não conseguem vencer a competição dentro das regras estabelecidas
62 pelo mercado. É desta forma que perspectiva neoliberal se apropria da política assistencial,
63 salientando que as CONFERÊNCIAS têm o papel de avaliar a situação da assistência social,
64 definir diretrizes para a política, verificar os avanços ocorridos num espaço de tempo determinado.
65 É avaliativa e propositiva. Dessa forma, tem-se uma ação permanente, combinada com outra mais
66 projetiva. Thauan finaliza sua explanação afirmando que o desafio que permanece é o de articular
67 estes processos mobilizatórios, com os conselhos de controle público de políticas. Sem dúvida, se
68 houvesse esta vinculação, teríamos a possibilidade de conselhos mais ativos, políticas



69 efetivamente monitoradas e Estado melhor controlado. Foi então levantados alguns
70 questionamentos para os palestrantes e às 12 horas e 30 minutos os presentes fizeram uma
71 pausa para o almoço. A reunião retornou às 14 horas e 30 min, com a atividade de reunião por
72 regiões. Os grupos mantiveram-se reunidos até o teto de 16 horas, quando todos se reuniram no
73 salão Hemógenes para proceder com o relato das reuniões. Após os relatos das regiões e da
74 secretaria executiva, os principais encaminhamento apontados foram: Encaminhamento de carta
75 ou ofício à SNAS solicitando posicionamento acerca do endividamento e financeirização da
76 população beneficiária do PAB e BPC; Fomentar a revisão do tempo de mandato dos conselheiros
77 estaduais de assistência social para 04 anos, sem recondução; Elaboração e Divulgação de
78 manifestação de repúdio do FONACEAS, referente as alterações do Cadastro Único,
79 considerando os prejuízos irreparáveis para a população, acerca do autocadastro e esvaziamento
80 do papel das equipes técnicas de referência dos CRAS e entrevistadores do Cadastro Único;
81 Oficiar o CNAS solicitando que indique um conselheiro(a) para acompanhar de forma permanente
82 e contínua os encontros e reuniões do FONACEAS; Oficiar o CNAS solicitando que indique um
83 técnico da secretaria executiva para apoiar e capacitar as secretarias executivas dos CEAS de
84 forma contínua e Solicitar ao CNAS espaço em rede oficial, de modo contínuo, a publicização das
85 matérias deste Fórum; Encaminhar proposta de calendário de Reuniões Online para mesa e
86 demais; Elaboração de proposta para ampliação da secretaria executiva do FONACEAS,
87 abrangendo outros estados, além do estado que possui a presidência; Encaminhar como ponto de
88 pauta a discussão sobre as atribuições dos secretários executivos que compõe a mesa
89 coordenadora do FONACEAS; Elaboração de recomendação aos estados e municípios que
90 garantam em suas estruturas o cargo de Secretária (o) Executiva (a) dos Conselhos de
91 Assistência Social a luz da Loas e NOB-RH/SUAS em seu Art. 121 – Parágrafo 2; Elaboração de
92 proposta de ato a nível nacional, com apoio dos conselhos, em defesa da aprovação da PEC
93 373/2017 / Criação de Dia de Luta em defesa do SUAS / Criação e compartilhamento de material
94 para ser replicado nas redes sociais; Criação de uma carta de compromisso em defesa do SUAS
95 e junta de assinaturas; Criação de uma circular com orientações/ informações referente a PEC
96 383/2017; Elaboração do calendário da região sudeste com reuniões virtuais; Encaminhamento da
97 nota de repúdio da sociedade civil do CEAS MG e solicitação de apoio e divulgação do
98 FONACEAS e CNAS; Fazer levantamento dos custos dos programas, projetos e serviços;
99 Reprogramação do saldo; Pensar o financiamento da região, agenda política e qual o foco /
100 Buscar exemplo na saúde; Realizar agendas descentralizadas na região; Definir percentual de
101 recurso próprio do Estado e Município para Controle Social; Mobilizar os Estados para realizar a
102 cooperação técnica para levantamento do custo amazônico dos serviços; Apoio do Fonaceas na



103 promoção de encontros estaduais de conselheiros municipais; Elaborar Carta Aberta aos
104 Governadores para o Cofinanciamento Estadual; Apresentação de proposta de que as reuniões
105 do Fonaceas ocorram em dois dias, que fica como um indicativo para consulta e decisão futura
106 (por meio de formulário, para vigorar a partir de 2023); Realizar uma mesa temática sobre o SUAS
107 e as emendas parlamentares no próximo encontro; Solicitar ao SP e ES o compartilhamento de
108 material para fomentar a pauta do fortalecimento da criação dos conselhos locais de serviços nos
109 territórios; Elaboração de nota técnica sobre o monitoramento o e a aplicação dos recursos para a
110 população em situação de rua através dos CMAS. Orientar os municípios acerca das
111 particularidades da população de rua, inclusive no direito do acolhimento com o seu animal
112 (carrinho, pertences, dentre outros); Aprofundar o debate sobre a proporcionalidade dos
113 segmentos da sociedade civil no próximo encontro; Reforçar junto ao CNAS a importância da
114 participação na plenária do FONACEAS da secretaria executiva do CNAS; Solicitar que o CNAS
115 faça uma capacitação com as secretarias executivas sobre o SIGTV, CNES, CADSUAS,
116 SUASWEB e CENSO SUAS (ferramenta de gestão); Encaminhar uma carta ao CNAS relatando
117 as dificuldades logísticas, estruturais e de planejamento que os CEAS/CAS vêm tendo para
118 acompanhar as agendas de reuniões do CNAS; Solicitar ao CNAS que apresente com
119 antecedência as datas, pautas e procedimentos que envolvem o calendário de reuniões,
120 avançando na concatenação de agendas e demandas, de modo a contribuir para a participação
121 efetiva dos estados; Iniciar uma articulação entre o Fonaceas com o Ministério Público Federal
122 sobre medidas a serem tomadas referente a precarização do atendimento previdenciário e
123 sobrecarga da política de assistência social com demandas previdenciárias; Ceas divulguem aos
124 MP estaduais a carta aberta do FONACEAS/ES; Elaborar modelo de ofício para contato com o
125 MP. O segundo dia de trabalhos (24 de agosto de 2022) iniciou-se às 09 horas, com a
126 composição da: Instâncias do Ministério Público no Controle Social do SUAS, que teve como
127 participantes a Senhora Mônica Louise de Azevedo, procuradora de justiça do MPPR e senhora
128 Flávia Rocha Cazzotto, assessora técnica só MPES. Sobre o tema explanado destacou-se que o
129 dispositivo legal em que o ministério público está inserido é na Constituição Federal (88), artigos
130 127-130, é um órgão autônomo que tem como objetivo defender e fiscalizar a aplicação das leis,
131 representando os interesses da sociedade, pode também zelar pelo respeito aos poderes
132 constituídos e pela garantia dos serviços públicos. Frisou o Art. 31: Cabe ao Ministério Público
133 zelar pelo efetivo respeito aos direitos estabelecidos nesta lei. Também compartilhou sobre os
134 instrumento que o MP dispõe e utiliza para a efetivação do controle social, quais são: Até 1985:
135 Desempenhava basicamente as funções na área criminal. Na esfera cível tinha apenas uma
136 atuação interveniente, como fiscal da lei em ações individuais. A partir de 1985: A lei 7.347 de



137 Ação Civil Pública ampliou consideravelmente a área de atuação institucional, ao atribuir a função
138 de defesa dos interesses difusos e coletivos ao MP. Com o advento da ação civil pública, o órgão
139 passa a ser agente tutelador dos interesses difusos e coletivos. A ação civil poderá ter por objeto
140 a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer e aplica-se a
141 qualquer interesse difuso ou coletivo. Também foi reforçado sobre o papel do Ministério Público na
142 Política de Assistência Social, sendo que O Ministério Público deve acompanhar a gestão da
143 política pública em sua comarca, os serviços socioassistenciais, os recursos financeiros
144 destinados à execução desses serviços e o acesso dos usuários a esses. O Promotor natural
145 acompanha também os Conselhos de políticas inerentes à matéria e suas deliberações. Por
146 defender os direitos sociais, O MP é um parceiro dos conselhos. Ele pode acompanhar as
147 eleições do conselho, verificar e apurar denúncias sobre mau uso de verbas públicas, garantir que
148 os conselhos funcionem tal como previsto na lei. Pode ainda propor a ação civil pública contra
149 aqueles que violaram os interesses difusos ou coletivos, como os direitos socioassistenciais, e
150 ainda, realizar o inquérito civil público para verificar se determinado direito foi violado ou não. A
151 política de assistência social se constitui em direito de cidadania e dever estatal, imprescindível ao
152 atendimento das necessidades humanas próprias à vida digna. Cabe ao Ministério Público
153 acompanhar a gestão da política pública em seu município, fiscalizando a execução dos serviços
154 socioassistenciais, os recursos financeiros destinados ao financiamento desses serviços e o
155 acesso dos usuários a esses. A política de assistência social se constitui em direito de cidadania
156 e dever estatal, imprescindível ao atendimento das necessidades humanas próprias à vida digna.
157 Cabe ao Ministério Público acompanhar a gestão da política pública em sua comarca, a execução
158 dos serviços socioassistenciais, os recursos financeiros destinados ao financiamento desses
159 serviços e o acesso dos usuários a esses. As palestrantes finalizaram, indicando que além das
160 Ações Cíveis Públicas, o MP, também, é legítimo para requisitar informações, instaurar Inquérito
161 Civil, propor Notificações Recomendatórias (NR) e Termos de Ajustamento de Condutas (TAC),
162 dentre outras ações possíveis, reconhecendo que a manutenção de uma boa articulação dos
163 Conselhos junto ao MP pode garantir a celeridade de resolução das questões recebidas por
164 ambos, pois pode evitar a judicialização de questões de fácil resolutividade. Após a exposição
165 iniciou-se o debate junto aos presentes e após algumas pontuações, as palestrantes registraram
166 sua mensagem final dizendo sobre a importância do estreitamento de vínculos de trabalho e
167 acompanhamento do ministério público junto aos conselhos de assistência, evitando
168 principalmente a judicialização de questões que poderiam tomar melhores rumos caso houvesse
169 um alinhamento prévio entre as instâncias de controle. Posto isto, foi anunciado intervalo para o
170 almoço que retornou às 14 horas com a seguinte programação: Rodada de Relatos: Experiências



171 Exitosas no controle e fortalecimento do SUAS nos estados. A rodada iniciou-se com o relato do
172 CEAS/ES, qual explicou sobre a estrutura do conselho e sobre a vinculação deste à SETADES,
173 pontuou sobre as comissões, sendo elas: I - Comissão da Política de Assistência Social; II -
174 Comissão de Acompanhamento a Gestão Estadual do Programa Auxílio Brasil e Cadastro Único;
175 III - Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social; e IV - Comissão de
176 Acompanhamento aos Conselhos Municipais da Assistência Social. O CEAS/ES, em 2021
177 realizou: 12 Reuniões ordinárias, 04 Reuniões Extraordinárias, 01 reunião conjunta com o
178 Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, e emitiu 36 Resoluções. Já no ano de
179 2022 contou com a realização de: 07 Reuniões ordinárias, 02 Reuniões Extraordinárias, 02
180 reunião conjunta com o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, e emitiu 18
181 Resoluções até o momento. Também salientou sobre a realização das Reuniões Interconselhos,
182 da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social, nos dias 24 a 26 de novembro de 2021, das
183 ações de apoio e fortalecimento aos Conselhos Municipais de Assistência Social e das Reuniões
184 Descentralizadas. Em seguida o CEAS/SC qual explicou sobre a estrutura do conselho, sua
185 constituição e sobre a sua vinculação. Destacou sobre as comissões, sendo as permanentes:
186 Comissão de Política; Comissão de Normas da Política de Assistência Social; Comissão de
187 Financiamento e Orçamento; Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências;
188 Comissão de Acompanhamento aos Benefícios Eventuais, Programa Bolsa Família, e demais
189 programas existente no município. E temporárias: Comissão de Monitoramento das Deliberações
190 das Conferências; Comissão Organizadora da Conferência; Comissão Eleitoral da Sociedade
191 Civil. Ainda sobre os trabalhos do CEAS/SC, destacam-se o funcionamento dos grupos de
192 trabalho, sendo: GT PopRua (para apurar denúncias de violações de direitos da população em
193 situação de Rua); GT “Ajuda de Custo” (para discussão de demandas específicas de
194 Conselheiros/as da Sociedade Civil – Recursos Financeiros); GT Riscos e Desastres = CEAS/SC
195 e Defesa Civil/SC. Sobre os avanços, salientou-se: Cofinanciamento Estadual 2022: Foi aprovada
196 a Resolução que deliberara sobre os repasses de recursos pela gestão estadual aos 295
197 municípios catarinenses; Recomendação ao Governador referente a importância do Comando
198 único da Política de Assistência Social por meio de Resolução, a qual será elaborada pela
199 Comissão de Política; Centro Educacional São Gabriel – Instituição que era mantida pelo Estado,
200 e em 2019 foi repassada por meio de Convenio para Administração da APAE – Florianópolis, que
201 está sendo acompanhado e fiscalizado pelo CEAS/SC. A Comissão de Acompanhamento aos
202 CMAS, está planejando Capacitação para os Conselheiros Municipais, prevista para o mês de
203 setembro e outubro do corrente, com as seguintes temáticas: Inscrições de Entidades
204 (Legislação); Eleições Sociedade Civil - Representação e representatividade – Conselhos e



205 Conferências; Regulamentação da Lei de Benefícios Eventuais; Estrutura e Funcionamento dos
206 Conselhos (Secretaria Executiva - Nomeação de Conselheiros). Na sequência, o CEAS/PI se
207 apresentou, chamando atenção para os principais avanços e boas práticas para o controle social
208 no estado, sendo: Reuniões Descentralizadas nos Municípios, onde debate-se sobre o
209 fortalecimento dos conselhos, o papel dos conselheiros, os desafios do controle social, dentre
210 outros. O CEAS/PI também chama atenção para outros aspectos que vem aprimorando a
211 discussão, tais como: SISTEMA ESTADUAL DE INCLUSÃO E PROMOÇÃO SOCIAL –SEIPS, a
212 alteração da Lei do SEIPS – 0,1% PARA 0,2% DA ARRECADAÇÃO, o montante de mais de 6
213 milhões que contemplaram projetos de 60 entidades e do acompanhamento do CEAS/PI à estas
214 entidades. O CEAS/PI também chamou a atenção para as perspectivas para 2023, sendo elas: 1
215 milhão para projetos SEIPS, para beneficiar as entidades, reuniões descentralizadas de apoio
216 técnico aos CMAS, debate com a Sociedade Civil acerca da Inscrição das Comunidades
217 Terapêuticas. Na sequência o CEAS/AC trouxe um diagnóstico da situação atual dos CMAS do
218 estado, explicaram que em 2021, o CEAS realizou duas reuniões Regionais, sendo uma em
219 Cruzeiro do Sul, e outra no município de Rio Branco, com o objetivo de aplicar o Diagnóstico com
220 os Conselhos Municipais, a respeito da legislação; infraestrutura e secretaria executiva;
221 funcionamento. Como principais fragilidades dos CMAS apontaram: A não garantia de orçamento
222 próprio para custeio das ações, que deve ser previsto dentro dos respectivos fundos; Apenas 8
223 Municípios que ainda não aprovaram as Leis municipais do SUAS; Somente 7 municípios
224 possuem deliberação sobre o Plano Municipal de Assistência Social; Conselheiros municipais que
225 não estão capacitados para o efetivo exercício do controle social; Em 2022: foram previstas
226 capacitações dos Conselhos Municipais nos 22 municípios, porém, apenas 7 foram realizadas até
227 o momento; Falta de apoio da gestão para garantir a participação dos usuários nas reuniões do
228 conselho; Dificuldade dos conselheiros quanto a análise das prestações de contas do Fundo e sua
229 respectiva deliberação e aprovação, dentre outros. Como desafios para o fortalecimento do
230 controle social do SUAS, destacaram: Garantir que 100% dos conselhos municipais cumpram com
231 o artigo 30 da LOAS; Garantir que 100% dos conselhos municipais e o Estadual possuam
232 recursos alocados no Fundo de Assistência Social para suas atividades e o seu fortalecimento
233 como órgão de controle social; Garantir que o CEAS realize o cronograma de formação
234 continuada dos conselhos municipais, conforme Plano de Ação aprovado no início de cada
235 exercício; Garantir que 100% dos municípios tenham as comissões em funcionamento; Garantir a
236 participação de conselheiros municipais e estadual em reuniões/capacitações, fóruns em nível
237 estadual e nacional, devendo a gestão prever recursos financeiros para esta finalidade, dentre
238 outros. Finalizaram salientando sobre os avanços no controle social, chamando atenção para os

239 seguintes aspectos: Acompanhamento e monitoramento das ações para implantação e
240 funcionamento do Serviço de Acolhimento, na modalidade de Casa de Passagem para migrantes;
241 Aproximidade do CEAS com o Ministério Público do Estado; O CEAS como referência aos
242 municípios pertinente ao acompanhamento das ações do CMAS; Cofinanciamento Estadual e
243 Interação do CEAS com as demais políticas. Após o compartilhamento do CEAS/AC, o CEAS/AL
244 deu seguimento aos relatos, salientando que em março de 2022, foi apresentada a proposta de
245 realização de Reuniões Regionalizadas com os Conselhos Municipais de Alagoas, tendo como
246 objetivos discutir a realidade estrutural desses conselhos, assim como levantar demandas de
247 capacitação, informações cadastrais, legislação, debater o papel dos conselhos estadual e
248 municipais dentro da Política de Assistência Social. O CEAS/AL também trouxe em seu relato os
249 avanços e desafios para efetivação controle social no estado, sendo os avanços: Levantamento
250 da estrutura dos CMAS em relação a RH, ambiente e equipamentos (através de questionários);
251 Levantamento de demandas de capacitação; Repasse de informações importantes acerca da
252 legislação vigente e funcionamento dos CMAS; Aproximação dos Conselhos Municipais,
253 conhecendo melhor sua realidade. E os desafios: Logística em relação ao deslocamento dos
254 conselheiros; Disponibilidade dos conselheiros estaduais em participar das reuniões; Dificuldade
255 de participação de todos os conselheiros municipais dos Conselhos convidados. Ainda elencaram
256 as próximas etapas a serem atingidas para o aprimoramento da vigilância socioassistencial,
257 sendo: Análise, pela Comissão de Acompanhamento dos Conselhos, dos questionários aplicados
258 quanto a estrutura e funcionamento dos CMAS; Levantamento das demandas de capacitação;
259 Articulação com a SEADES quanto a viabilização das capacitações/ qualificação destinadas ao
260 conselheiros. O CEAS/MT finalizou a rodada de relatos estaduais expondo a composição do
261 Conselho e sua estrutura, também fez um breve relato do trabalho desenvolvido pela equipe,
262 pontuando que o estado possui 141 municípios, todos com os CMAS devidamente
263 regulamentados, em funcionamento e regularmente atendidos e acompanhados pelo CEAS, com
264 apenas um CMAS vencido no CADSUAS, devido a um equívoco que já está sendo resolvido.
265 Sobre as ações do CEAS/MT, salientou-se o monitoramento do Artigo 30 da LOAS, contatou-se
266 em 2022, oito municípios com suspensão de recursos, em virtude da aplicação do art. 6º da
267 Portaria Nº 109/2020. Esses municípios foram orientados virtualmente para as devidas
268 adequações das legislações, atentando-se aos requisitos do art. 30 da LOAS, seguidamente do
269 art. 2º da Portaria Nº 109/2020. Diante do contexto, está sendo realizada a revisão das legislações
270 e dos respectivos regimentos internos dos CMAS mediante relatório de monitoramento;
271 observando as dificuldades relacionadas da forma de organização, com base na composição do
272 Conselho, que questionam seu efetivo funcionamento. Assim, o relatório recomendará ações

273 preventivas e de controle que busquem garantir o cumprimento dos condicionantes do art. 30 da
274 LOAS/1993 e art. 6º da Portaria Nº 109/2020. Foram realizadas análises documentais de 83
275 (oitenta e três) Conselhos Municipais de Assistência Social, faltando apenas 58 CMAS para
276 concluir. Ressalta-se que a iniciativa teve seu planejamento e início na gestão anterior
277 (2019/2021) do CEAS-MT. Ainda pontuaram sobre a Lei do SUAS de Mato Grosso, salientando
278 que em janeiro do ano corrente foi homologada a referida Lei que em seu § 4º do art. 17 diz que
279 “Terão acentos permanentes nas representações da sociedade civil o Fórum de Usuários do
280 SUAS e o Fórum dos Trabalhadores do SUAS”. O Conselho Estadual de Assistência Social –
281 CEAS/MT, por entender que cadeira permanente para Sociedade Civil no Conselho é ilegal,
282 antidemocrática, o que impede o rodízio de funções e entidades, e está em total contrariedade aos
283 princípios da ampla participação de coletivos e representações no mesmo nível de direitos,
284 publicou a Resolução nº 06/2022/CEAS/MT que dispõe sobre proposta de revogação do § 4º do
285 art. 17 da Lei Estadual do SUAS de Mato Grosso – Lei nº. 11.664/2022. Após os relatos
286 estaduais a secretária executiva do FONACEAS, Thamiris Guerra, proferiu os informes do fórum,
287 por meio da apresentação do instrumento de acompanhamento dos encaminhamentos,
288 disponíveis no Google Drive. Thamiris exibiu uma tabela de controle dos ofícios, ofícios circulares,
289 orientações e recomendações expedidas pela secretaria. Também fez um resumo sobre a reunião
290 realizada com a participação da mesa diretora do CNAS, qual trouxe a seguinte pauta, com os
291 encaminhamentos: Reconhecimento do FONACEAS dentro do Regramento do SUAS -
292 Proposição CNAS: Inserir o assunto dos fóruns na discussão da Resolução 237/2006 (Diretrizes
293 para a estruturação, reformulação e funcionamento dos Conselhos de Assistência Social) que está
294 em pauta na Comissão de Normas e Acompanhamento aos Conselhos; Participação fixa do
295 CNAS no FONACEAS - Proposição do CNAS: Encaminhar a cada 6 meses o calendário
296 referendado pelo Fórum, para que o CNAS possa contemplar; Fluxo de indicação de pautas do
297 FONACEAS ao CNAS - Proposição do CNAS: Envio de solicitação via Ofício; Blog do CNAS -
298 Proposição do CNAS: o CNAS poderá indicar no blog do CNAS um link para o site do
299 FONACEAS, caso haja. Após isto foi reforçado o conteúdo do Memorando 01/2022 que traz o
300 cronograma de participação dos estados na atividade de relato das boas práticas. Para finalizar o
301 dia a ata da 55ª reunião ordinária e reunião extraordinária de julho de 2022 do FONACEAS foi
302 aprovada sem alterações. O terceiro dia de reunião, iniciou-se às 08h30 min na sala de reuniões
303 Hemógenes, com a finalização da revisão e atualização do Regimento Interno do Fórum. A
304 presidente Renata reforçou que a consulta pública sobre o Regimento Interno do Fórum ficou
305 aberto para contribuições, sendo que o documento a ser espelhado resultado das contribuições. O
306 regimento foi discutido e aprovado, ficando referendado que caso haja necessidade de alteração



307 será convocada uma plenária específica para este fim, de preferência em caráter virtual. A
308 atividade levou o período da manhã se encerrando às 12h, quando realizou-se uma pausa para o
309 almoço. O retorno às atividades contou com uma animada apresentação da Banda Tocando em
310 Frente, projeto desenvolvido pela Penitenciária Semiaberta de Vila Velha – PSVV, que apresentou
311 canções da cultura pop brasileira. Após a apresentação iniciou-se a última atividade da reunião,
312 sendo a finalização da Carta Aberta de Vitória. Neste ponto a secretária executiva espelhou uma
313 minuta de carta elaborada no decorrer do evento a partir dos encaminhamentos pontuados pela
314 plenária. Após as alterações necessárias o texto da carta contou com os seguintes
315 encaminhamentos: - Potencializar os Fóruns Estaduais buscando fortalecer os municípios com
316 maior dificuldade de articulação; - Unificar o calendário de eleições da sociedade civil organizada,
317 dos conselhos estaduais, com vistas a evitar a constante troca de conselheiros e a
318 descontinuidade das deliberações/ações previstas para o controle social; - Pautar na SNAS o
319 cofinanciamento e novas pactuações sobre o processo de regionalização dos serviços da média e
320 da alta complexidade; - Potencializar a discussão das comunidades terapêuticas em conjunto a
321 política de saúde sobre as ações realizadas com a população atendida; - Estimular a SNAS para
322 que retome a discussão sobre os serviços híbridos de alta complexidade entre a política de
323 assistência social e a política de saúde e de acolhimento institucional para pessoa com deficiência
324 e pessoa idosa; - Elaborar manifestação do Fonaceas sobre os consignados para o beneficiário
325 do PAB e BPC, com disseminação de orientações sobre o risco de endividamento e da
326 financeirização dos direitos; - Estabelecer um diálogo entre o Fonaceas e o INSS sobre o
327 atendimento dos excluídos digitais e as implicações da MP 1103/22, que versa sobre os fluxos de
328 análises de benefícios previdenciários e assistenciais; - Buscar apoio das gestões estaduais para
329 a estruturação dos CEAS e CAS, objetivando a implementação de suas ações; - Fortalecer as
330 estratégias de divulgação das ações dos CEAS, CAS e Fonaceas; - Potencializar a participação
331 do usuário nas reuniões dos conselhos estaduais e do FONACEAS por meio da revisão de
332 estratégias, sejam estas os regimentos ou regulamentações locais, propondo horários
333 compatíveis, alimentação, passagens e outros. - Fortalecer a relação do Ministério Público com os
334 conselhos, na perspectiva da garantia dos direitos socioassistenciais, na universalização do SUAS
335 e contra a precarização da política de assistência social. Também houveram outros
336 encaminhamentos processuais que não compuseram a carta, mas que irão compor os
337 encaminhamentos da secretaria executiva do Fórum, quais são: - Encaminhamento de carta ou
338 ofício à SNAS solicitando posicionamento acerca do endividamento e financeirização da
339 população beneficiária do PAB e BPC; - Fomentar a revisão do tempo de mandato dos
340 conselheiros estaduais de assistência social para 04 anos, sem recondução; - Apresentação de



341 proposta de que as reuniões do Fonaceas ocorram em dois dias, que fica como um indicativo para
342 consulta e decisão futura (por meio de formulário, para vigorar a partir de 2023); - Realizar uma
343 mesa temática sobre o SUAS e as emendas parlamentares no próximo encontro; Solicitar ao SP e
344 ES o compartilhamento de material para fomentar a pauta do fortalecimento da criação dos
345 conselhos locais de serviços nos territórios; Elaboração de nota técnica sobre o monitoramento o
346 e a aplicação dos recursos para a população em situação de rua através dos CMAS. Orientar os
347 municípios acerca das particularidades da população de rua, inclusive no direito do acolhimento
348 com o seu animal (carrinho, pertences, dentre outros); - Aprofundar o debate sobre a
349 proporcionalidade dos segmentos da sociedade civil no próximo encontro; - Reforçar junto ao
350 CNAS a importância da participação na plenária do FONACEAS da secretaria executiva do CNAS;
351 - Convidar à reunião virtual; - Solicitar que o CNAS faça uma capacitação com as secretarias
352 executivas sobre o SIGTV, CNES, CADSUAS, SUASWEB e CENSO SUAS (ferramenta de
353 gestão); - Encaminhar uma carta ao CNAS relatando as dificuldades logísticas, estruturais e de
354 planejamento que os CEAS/CAS vêm tendo para acompanhar as agendas de reuniões do CNAS;
355 - Solicitar ao CNAS que apresente com antecedência as datas, pautas e procedimentos que
356 envolvem o calendário de reuniões, avançando na concatenação de agendas e demandas, de
357 modo a contribuir para a participação efetiva dos estados; - Iniciar uma articulação entre o
358 Fonaceas com o Ministério Público Federal sobre medidas a serem tomadas referente a
359 precarização do atendimento previdenciário e sobrecarga da política de assistência social com
360 demandas previdenciárias; - Que os CEAS divulguem aos MP estaduais a carta aberta do
361 FONACEAS/ES; -Elaborar modelo de ofício para contato com o MP. Após devidamente anotados
362 os encaminhamentos, a presidente Renata agradeceu a presença de todos, e reforçou o convite à
363 57ª reunião ordinária do FONACEAS em São Paulo/SP. Esta ata foi elaborada por Thamiris
364 Guerra, secretária executiva do CEAS/PR e do FONACEAS.



CARTA ABERTA DE VITÓRIA/ESPÍRITO SANTO: **CONTROLE LEGAL E DISSEMINAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS PARA O FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL.**

A 56ª Reunião Ordinária do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Assistência Social – Fonaceas, foi realizada nos dias 23 a 25 de agosto 2022, na Assembleia Legislativa do Espírito Santo - ALES - Av. Américo Buaiz, 205 - Enseada do Suá - CEP: 29050-950 - Vitória - ES – BRASIL. Contou com a presença de aproximadamente de 100 pessoas, representando os Conselhos Estaduais de Assistência Social, na figura de seus Presidentes, Vice-Presidentes, Conselheiros e Secretários(as) Executivos(as) dos estados do **Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe**. A reunião também contou com a participação de representantes da equipe técnica da Secretaria do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social do Espírito Santo – SETADES, sua Secretária Estadual e representantes do CMAS de Vitória/ES.

A presente reunião teve como objetivo discutir a importância central do controle social, tecendo reflexões sobre como a diversidade de vozes dos agentes do controle social produzem um terreno fértil de reflexões; bem como as práticas exitosas no controle e fortalecimento do SUAS sinalizam caminhos a serem revisitados e adaptados a singularidades locais, fomentando reflexões e aprimorando a prática conselhistas. A reunião ainda dedicou um período de trabalho à análise e aprovação do Regimento Interno do Fórum, dando continuidade aos trabalhos da reunião de maio.

Com relação ao controle social, destaca-se a sua primazia para efetivação de uma política democrática e que atenda as necessidades concretas da população. Na apresentação realizada pelo estado do Espírito Santo evidenciou-se a centralidade do controle social como força constante de tensionamento pela defesa da democracia e dos direitos constitucionais. Que esta luta contínua precisa se materializar tanto em sua forma institucionalizada, como nos conselhos, e ainda extrainstitucionalmente, com o próprio Fonaceas.

O fortalecimento do SUAS passa necessariamente pela garantia dos direitos socioassistenciais em todo o território nacional, efetivados por meio de serviços, programas e benefícios que imprimam a qualidade de atendimento ofertado, conforme os princípios e diretrizes da Política de Assistência Social.

O debate de conjuntura realizada chama a atenção para o papel de centralidade da Assistência Social, no enfrentamento à pobreza e à fome durante a pandemia e pós pandemia, sem o devido financiamento. A Assistência Social vem sendo pressionada a cumprir funções de outras políticas sociais públicas, sofrendo desregulamentações. O Fonaceas tem compromisso com a defesa do SUAS, da Tipificação, dos seus serviços, programas e benefícios e da indissociabilidade entre eles.

A mesa sobre as instâncias do Ministério Público no Controle Social do SUAS, apresentou os dispositivos legais e os instrumentos existentes como um importante instrumento de veiculação do interesse público, as ações do Ministério Público se voltam tanto ao acompanhamento das práticas a luz dos preceitos constitucionais, quanto a construção de diálogos junto aos conselhos, fazendo um importante viés para as ações do MP na defesa coletiva do SUAS.

Enalteceu-se a necessidade de presença do MP no calendário de reuniões dos conselhos e atuação nas pautas, sejam de reivindicações de avanços na política, quanto de garantia da execução do já normatizado. Destacou-se a importância da construção de diálogos que possam



superar conflitos, antes da judicialização dos fatos e a atuação do MP frente a todos os entes federados no exercício de suas competências.

Neste sentido, as experiências compartilhadas pelos estados trouxeram alguns importantes pontos de reflexão, tais como:

- Potencializar os Fóruns Estaduais buscando fortalecer os municípios com maior dificuldade de articulação;

- Unificar o calendário de eleições da sociedade civil organizada, dos conselhos estaduais, com vistas a evitar a constante troca de conselheiros e a descontinuidade das deliberações/ações previstas para o controle social;

- Pautar na SNAS o cofinanciamento e novas pactuações sobre o processo de regionalização dos serviços da média e da alta complexidade;

- Potencializar a discussão das comunidades terapêuticas em conjunto a política de saúde sobre as ações realizadas com a população atendida;

- Estimular a SNAS para que retome a discussão sobre os serviços híbridos de alta complexidade entre a política de assistência social e a política de saúde e de acolhimento institucional para pessoa com deficiência e pessoa idosa.

- Elaborar manifestação do Fonaceas sobre os consignados para o beneficiário do PAB e BPC, com disseminação de orientações sobre o risco de endividamento e da financeirização dos direitos;

- Estabelecer um diálogo entre o Fonaceas e o INSS sobre o atendimento dos excluídos digitais e as implicações da MP 1103/22, que versa sobre os fluxos de análises de benefícios previdenciários e assistenciais.

- Buscar apoio das gestões estaduais para a estruturação dos CEAS e CAS, objetivando a implementação de suas ações;

- Fortalecer as estratégias de divulgação das ações dos CEAS, CAS e Fonaceas;

- Potencializar a participação do usuário nas reuniões dos conselhos estaduais e do FONACEAS por meio da revisão de estratégias, sejam estas os regimentos ou regulamentações locais, propondo horários compatíveis, alimentação, passagens e outros.

- Fortalecer a relação do Ministério Público com os conselhos, na perspectiva da garantia dos direitos socioassistenciais, na universalização do SUAS e contra a precarização da política de assistência social.

Diante dessas recomendações construídas de forma coletiva, reafirmamos o compromisso na potencialização do controle social efetivo que permita a participação ativa, a transparência, e a qualidade das ofertas socioassistenciais e o financiamento público da política de assistência social.

Vitória, 25 de agosto de 2022.

FONACEAS

Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Assistência Social e Conselho de Assistência Social do Distrito Federal